



PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO
DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



P L A N O
LEGISLATIVO
DO GOVERNO

2 0 2 2

atos normativos que carecem da
aprovação do Conselho de Ministros



PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO
DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

P L A N O
LEGISLATIVO
DO GOVERNO

2 0 2 2

atos normativos que carecem da
aprovação do Conselho de Ministros



ÍNDICE

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

1.	Educação e Formação	8
2.	Saúde	9
3.	Inclusão Social, Proteção Social e Solidariedade	10
4.	Cultura e Património	10
5.	Juventude	11
6.	Desporto	11
7.	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	12
8.	Comunicação Social	12
9.	Religião	12
10.	Sociedade Civil	12

DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

1.	Governança do Setor das Infraestruturas	14
2.	Água e Saneamento Básico	14
3.	Energia	14
4.	Transportes	15
5.	Telecomunicações	15
6.	Serviço Postal	15

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

1.	Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas	17
2.	Petróleo e Recursos Minerais	17
3.	Comércio	18
4.	Indústria	18
5.	Setor Privado	18

Índice

6.	Emprego	19
7.	Cooperativas	20
8.	Ambiente	20

CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

1.	Política Macroeconómica	22
2.	Finanças Públicas	22

BOA GOVERNAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1.	Administração Pública	24
2.	Descentralização	25
3.	Administração Eleitoral	26
4.	Ordenamento do Território	26
5.	Justiça	27
6.	Defesa e Segurança	27
7.	Relações Internacionais e Política Externa	29
8.	Comunidades Timorenses no Exterior	29



DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Criação do Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Educação Pré-Escolar

Alteração ao Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Básico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 7/2010, de 19 de maio

Alteração ao Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/2011, de 3 de agosto

Criação do Procedimento Especial de Ingresso na Carreira Docente

Alteração aos Estatutos do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDE-PE), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 4/2011, de 26 de janeiro

Criação do Programa “Merenda Escolar”

Criação do novo Regime Jurídico do Acesso ao Ensino Superior

Alteração aos Estatutos da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 16/2010, de 20 de outubro

Alteração à Orgânica do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 2/2019, de 5 de março

Criação dos novos Estatutos da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)

1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Alteração ao Regime Jurídico dos Estabelecimentos de Ensino Superior

Criação dos novos Estatutos da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de Timor-Leste

Alteração aos Estatutos do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 23/2014, de 3 de setembro

Criação da Linha de Crédito de Apoio aos Estudantes e respetiva garantia financeira

Alteração à Lei de Bases da Educação, aprovada pela Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro

2. SAÚDE

Alteração ao Regime Jurídico das Unidades Privadas de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2004, de 1 de dezembro

Alteração ao Regime Jurídico do Exercício das Profissões de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2004, de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 21 de setembro

Alteração ao Regime de Carreiras dos Profissionais de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13/2012, de 7 de março

Alteração aos Estatutos do Instituto Nacional de Saúde (INS), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 9/2011, de 16 de março

3. INCLUSÃO SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE

Criação do Programa de Apoio ao Empoderamento para a Igualdade e Inclusão Social

Criação do Sistema de Verificação de Incapacidades

Aprovação dos Valores Mínimos de Pensão de Invalidez e de Velhice no âmbito do Regime Contributivo de Segurança Social

Criação da Lei de Bases da Proteção Social

Criação do Regime Jurídico de Proteção Social na Eventualidade de Doença dos Trabalhadores do Regime Contributivo de Segurança Social

Criação da Pensão Social

Criação do Regime de Contraordenações da Segurança Social

Criação do Regime Jurídico de Reinserção Social dos Grupos Vulneráveis

4. CULTURA E PATRIMÓNIO

Criação da Agência Nacional para o Estudo, a Preservação e a Divulgação da História da Resistência Timorense

Criação do Centro Audiovisual Max Stahl de Timor-Leste

Criação da Lei sobre Direitos de Autor e direitos conexos

Criação do Museu Nacional de Timor-Leste

Alteração ao Regime Jurídico do Património Cultural, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/2017, de 6 de setembro

4. CULTURA E PATRIMÓNIO

Criação do Regime Jurídico de Classificação e Inventariação de Bens de Interesse Cultural, bem como as regras aplicáveis à sua exportação e importação

Criação do Regime Jurídico do Programa de Construção de Cemitérios Especiais e Monumentos Históricos

5. JUVENTUDE

Alteração à Orgânica da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 18/2019, de 11 de julho

6. DESPORTO

Regulamentação da Valorização da Prestação dos Atletas em Competições Internacionais

Regulamentação da Utilização das Infraestruturas Desportivas

Regulamentação do Funcionamento do Desporto Escolar

Criação do Estatuto dos Atletas e do Traje para a Participação Internacional

Alteração ao Regime Jurídico relativo à Prática de Artes Marciais, Rituais, Armas Brancas, Rama Ambon e Quinta Alteração ao Código Penal, aprovado pela Lei n.º 5/2017, de 19 de abril (e alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2008, de 16 de julho, sobre o Funcionamento da Comissão Reguladora das Artes Marciais, e revogação do Decreto do Governo n.º 2/2011, de 1 de julho, que aprovou os Estatutos da Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM)

7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Revisão dos Estatutos da Agência de Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC TIMOR

8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Alteração à Lei da Comunicação Social, aprovada pela Lei n.º 5/2014, de 19 de novembro

Alteração ao Regime Jurídico da Transformação da Rádio e Televisão de Timor-Leste em Empresa Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42/2008, de 26 de novembro

9. RELIGIÃO

Criação da Lei da Liberdade Religiosa

10. SOCIEDADE CIVIL

Criação do Programa de Apoio do Estado às Organizações da Sociedade Civil



DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

1. GOVERNAÇÃO DO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS

Criação do novo Regulamento do Fundo de Infraestruturas

Criação do Regime Remuneratório dos Trabalhadores e dos Titulares dos Órgãos do Fundo de Infraestruturas

Alteração aos Estatutos da Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 60/2020, de 25 novembro

Alteração à Orgânica do Ministério das Obras Públicas, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 8/2019, de 24 de abril

2. ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Regulamentação da Gestão dos Recursos Hídricos

Regulamentação do Saneamento e Drenagem de Águas Residuais e Águas Pluviais

Revisão do Regime de Abastecimento de Água

Estabelecimento de Padrões para Materiais de Água e Saneamento

3. ENERGIA

Revisão do Regulamento Tarifário para o Fornecimento de Energia Elétrica

Estabelecimento de Padrões para Materiais Elétricos

Regulamentação da Energia Renovável

4. TRANSPORTES

Criação do Regime Jurídico do Ensino da Condução e Licenciamento das Escolas de Condução

Criação do Regime Jurídico da Inspeção de Veículos

Criação da Autoridade de Transportes Terrestres

Regulamentação da Organização dos Serviços de Inspeção a Navios

Revisão dos Estatutos da Administração dos Portos de Timor-Leste – APORTIL, I. P.

Criação do Registo Aeronáutico Civil de Timor-Leste

Revisão dos Estatutos da Administração de Aeroportos e Navegação Aérea – ANATL, E. P.

Revisão dos Estatutos da Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste – AACTL, I. P.

5. TELECOMUNICAÇÕES

Criação da Lei de Bases para as Comunicações Eletrónicas

Revisão dos Estatutos da Autoridade Nacional de Comunicações – ANC, I. P.

Criação da Empresa Pública para Administração das Infraestruturas de Comunicações

Criação da Unidade de Missão para a Coordenação da Implementação do Projeto de Rede Digital de Fibra Óptica Nacional

6. SERVIÇO POSTAL

Revisão da Regulamentação dos Serviços Postais



ECONOMIA

1. AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCAS E FLORESTAS

Alteração ao Regime das Infrações Administrativas contra a Economia e Segurança Alimentar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 23/2009, de 5 de agosto

2. PETRÓLEO E RECURSOS MINERAIS

Revisão dos Estatutos da Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM)

Revisão dos Estatutos da Timor Gap – Timor Gás & Petróleo, E. P. (TIMOR GAP)

Revisão dos Estatutos do Instituto de Petróleo e Geologia, I. P. (IPG)

Criação da Empresa Mineira

Criação do Fundo Mineiro

Regulamentação do Código Mineiro, aprovado pela Lei n.º 12/2021, de 30 de junho

Regulamentação da Captura e Armazenamento do Carbono

Regulamentação do Procedimento de Concurso Público para Adjudicação de Contratos Petrolíferos

3. COMÉRCIO

Alteração aos Estatutos do Centro Logístico Nacional (CLN), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 26/2014, de 10 de setembro

Criação da Lei de Exportação

Criação do Regime da Fortificação Alimentar

Regulamentação do Comércio Eletrónico

Criação da Unidade de Missão para Adesão à Organização Mundial do Comércio/ Estabelecimento do Secretariado Permanente para Adesão à Organização Mundial do Comércio

4. INDÚSTRIA

Criação do Código da Propriedade Industrial

5. SETOR PRIVADO

Criação de Apoios a Micro, Pequenas e Médias Empresas

Regulamentação do Licenciamento Setorial das Atividades Económicas

Autorização Legislativa em Matéria de Recuperação e Insolvência/ Código de Recuperação e Insolvência

6. EMPREGO

Alteração à Lei do Trabalho, aprovada pela Lei n.º 4/2012, de 21 de fevereiro

Regulamentação do Trabalho Doméstico

Regulamentação da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho

Regulamentação do Salário Mínimo

Regulamentação do Emprego na Indústria Extrativa

Criação do Regime de Contraordenações Laborais

Regulamentação da Mediação e Arbitragem no Trabalho

Alteração aos Estatutos do Instituto de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (INDMO), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 8/2008, de 5 de março

Criação do Centro de Excelência para a Qualificação de Mão-de-Obra de Timor-Leste

Alteração aos Estatutos do Centro Nacional de Formação Profissional Becora, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 31/2012, de 4 de julho

7. COOPERATIVAS

Alteração à Lei das Cooperativas, aprovada pelo Decreto -Lei n.º 16/2004, de 27 de outubro

Regulamentação das Cooperativas de Crédito

Regulamentação das Cooperativas Agrícolas

Regulamentação das Cooperativas Comerciais

8. AMBIENTE

Criação do Regime Jurídico relativo ao Controlo da Poluição

Criação do Regime Jurídico relativo aos Padrões Ambientais



CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

1. POLÍTICA MACROECONÓMICA

Criação da Lei da Concorrência

2. FINANÇAS PÚBLICAS

Regulamentação do Plano de Contas do Setor Público Administrativo

Regulamentação dos Classificadores Orçamentais

Regulamentação da Estrutura dos Programas Orçamentais

Criação do Regime da Tesouraria Central do Estado

Regulamentação da Competência para Autorização de Despesa Pública

Regulamentação do Sistema de Cobranças do Estado

Alteração ao Regime de Planeamento, Orçamentação, Monitorização e Avaliação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2015, de 8 de julho

Criação do Regime das Garantias e Empréstimos

Criação do Regulamento sobre Veículos do Estado

Alteração ao Regime de Gestão e Alienação dos Bens Móveis do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2011, de 27 de julho

Criação do Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste

Criação da Lei das Grandes Opções do Plano para 2023

Criação da Lei do Orçamento Geral do Estado para 2023

Criação de Suplemento relativo ao Trabalho de Preparação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Geral do Estado e da Conta Geral do Estado



**BOA GOVERNAÇÃO E
COMBATE À CORRUPÇÃO**

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alteração ao Regime de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2008, de 7 de maio

Criação do Regime de Planeamento e Gestão da Força de Trabalho da Administração Pública

Criação do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública

Revisão dos Estatutos da Inspeção-Geral do Estado

Criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Avaliação de Políticas Públicas

Criação do Regime Jurídico do Formador da Administração Pública

Revisão dos Estatutos do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)

Criação do Estatuto dos Titulares dos Órgãos da Administração Indireta do Estado

Criação do Regime Jurídico da Aposentação na Administração Pública

Alteração ao Regime dos Cargos de Direção e Chefia da Administração Pública

Criação de Restrições a Atividades Políticas na Administração Pública

Criação da Política Nacional dos Arquivos Públicos e Privados

Criação do Conselho Nacional dos Arquivos

Criação do Sistema Nacional dos Arquivos

2. DESCENTRALIZAÇÃO

Alteração ao Regime de Higiene e Ordem Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/2008, de 27 de agosto

Alteração ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 8/2013, de 26 de junho

Alteração ao Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2012, de 15 de fevereiro

Alteração ao Regime de Aprovisionamento do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/2013, de 7 de agosto

Regulamentação dos Planos de Desenvolvimento Comunitário

Regulamentação das Competências dos Sucos

Criação da Lei do Património e da Contratação Pública e Aprovisionamento Municipal

Criação da Classificação dos Aglomerados Populacionais

Criação do Programa de Avaliação das Condições Existentes em Cada Município para efeitos de Instalação dos Órgãos Representativos do Poder Local

Criação do Regime dos Contratos Interadministrativos entre Estado, as Autarquias Locais e os Sucos

Alteração à Lei dos Sucos, aprovada pela Lei n.º 9/2016, de 8 de julho

Regulamentação do Estatuto, Vínculos, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores do Poder Local

3. DESCENTRALIZAÇÃO

Criação da Tabela de Taxas do Estado cobradas pelas Autoridades e Administrações Municipais

Criação do Regime Jurídico de Cooperação Técnica e Financeira e de Auxílios Financeiros do Estado aos Municípios e RAEOA

Criação da Classificação Orgânica, Funcional e Económica das Receitas e Despesas Públicas dos Municípios

Criação do Plano Oficial de Contabilidade Municipal

Criação do Quadro de Contas do Orçamento Municipal

Regulamentação da Estrutura dos Quadros de Programas e Medidas do Plano Anual e Orçamentos dos Municípios

4. ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

Alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional, aprovada pela Lei n.º 6/2006, de 28 de dezembro

Alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral, aprovada pela Lei n.º 6/2016, de 25 de maio

Alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 14 de abril

Alteração ao Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro

5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Criação do Regime Jurídico das Medidas de Tutela da Legalidade Urbanística

6. JUSTIÇA

Criação do Regime Jurídico das Zonas de Proteção Comunitária e dos Bens Imóveis Comunitários

Criação do Fundo Financeiro Imobiliário

Criação da Lei do Domínio Público do Estado

Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 9/2002, de 5 de novembro

Alteração ao Código Penal

Criação do novo Estatuto da Defensoria Pública

Criação da Polícia Judiciária de Timor-Leste

Criação do Regime Geral das Contraordenações

Criação da Lei da Mediação e Conciliação

Alteração ao Código Civil

Alteração ao Código de Processo Civil

Alteração ao Código de Processo Penal

Alteração à Lei contra a Violência Doméstica, aprovada pela Lei n.º 7/2010, de 7 de julho

7. DEFESA E SEGURANÇA

Alteração ao Estatuto dos Militares das F-FDTL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/2020, de 2 de setembro

Criação do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas da Defesa e das F-FDTL

8. DEFESA E SEGURANÇA

Criação do Regulamento Geral das Capitánias

Criação de Suplementos por Atividades Especiais e do Subsídio Especial para Deslocações em Serviço

Criação da Orgânica da Unidade FALINTIL

Criação do Regimento do Conselho Superior de Defesa Militar

Alteração ao Regime Remuneratório das F-FDTL, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 34/2021, de 22 de dezembro

Criação da Lei de Infraestruturas de Defesa

Alteração do Regime Remuneratório da Polícia Nacional de Timor-Leste, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 2/2022, de 12 de janeiro

Criação do Estatuto dos Profissionais da Autoridade de Proteção Civil

Criação do Regulamento de Disciplina dos Profissionais da Autoridade de Proteção Civil

Criação do Regime Remuneratório da Autoridade da Proteção Civil

Criação do Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência

Criação da nova Orgânica do Serviço Nacional de Inteligência

9. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA

Criação do Regime Remuneratório dos Funcionários Diplomáticos

Criação do Regime de Emissão de Chapas de Matrícula Diplomática e outras especiais

Criação da nova Lei sobre os Tratados Internacionais

Revisão dos Estatutos do Instituto de Estudos Diplomáticos (IED)

Revisão dos Estatutos da Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL)

10. COMUNIDADES TIMORENSE NO EXTERIOR

Criação do Regime Jurídico do Repatriamento



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

ABRIL DE 2022